

O PHÁRMAKON

de JACQUES DERRIDA

ELZAHRA OSMAN¹

“Antecipemos. Desde já a escritura, o phármakon, o descaminho”
“o rastro cortante, a decisão de cada leitura”

Jacques Derrida, A farmácia de Platão.

RESUMO: Este artigo investiga o mote filosófico que levou Jacques Derrida a desenvolver a sua Filosofia, qual seja, a escritura e desconstrução vistos como os indecíveis últimos na análise do texto, e das instituições lingüísticas. Para tanto, além de percorrer algumas destas formulações, este artigo procura deslindar as chaves da escritura derridiana com fim à análise de como o *modus operandi* de sua filosofia opera para a não objetivação do texto.

PALAVRAS-CHAVE: Escritura. Jacques Derrida. Metafísica. Retórica.

Assim que comecei a formular o texto deste artigo tive sempre a certeza de que queria escriturá-lo aos mais próximos, próximos à literatura, próximos à filosofia, aos amigos próximos, antropólogos, artistas e teóricos de modo geral. A pergunta que subsidia este desejo é - por que a revisão, realizada pela Teoria Francesa, dos processos metodológicos em ciências humanas, e, principalmente, da práxis política, passa por uma proposta de leitura e escritura divergente do modo como a tradição da crítica literária, filosófica e política engendrou a persecução do sentido último do texto? Responder a esta pergunta é uma responsabilidade ética exigida ao intelectual; afinal, para além da máxima ‘o pessoal é político’, é preciso justificar o exercício de gabinete

também pelo seu caráter sedicioso; e este só se compreende pela recepção da irredutível escritura.

Com o pensador franco-argelino, Jacques Derrida, designou-se este processo de revisão da leitura e da escritura de desconstrução porque ainda há que se ler o que ficou de fora da história da filosofia quando entra em cena a mal falada, mas bem fadada *metafísica*. Em “Carta a um amigo japonês” (1998), Derrida alude à desconstrução como sendo um gesto estruturalista, mas também anti-estruturalista:

*Tratava-se de desfazer, descompor, desse-
dimentar as estruturas (todas as espécies de
estruturas, lingüísticas, ‘logocêntricas’, ‘fono-
cêntricas’ – o estruturalismo sendo então do-*

minado, sobretudo, por modelos lingüísticos, da lingüística dita estrutural que se dizia também saussuriana, socioinstitucionais, políticos, culturais e, sobretudo, e antes de tudo, filosóficos). (...) Mais que destruir, era preciso também compreender como um 'conjunto' tinha se construído e, para isso, reconstruí-lo (DERRIDA, 1998, p. 21).

E assim o fará, pois a principal fonte da desconstrução derridiana será os textos que compõe uma específica tradição de pensamento, a tradição metafísica da filosofia, do discurso mimético, por fim, da significação. O discurso racional, cavalo alado apto à condução em direção à verdade - que sacralizado com o surgimento da filosofia, e por isso mesmo, fonte da eterna busca do discurso - será legatário do pensamento dialético, do uso clássico da cadeia argumentativa, coerente e coesa. Francis Wolff (1996), ao fazer a revisão das origens do pensamento ocidental, delinea o estatuto sagrado da linguagem e da verdade como anterior ao surgimento da filosofia, e anterior à lingüística saussuriana da prevalência do significante sobre o significado. Nesta passagem poética, porque talvez inspirada neste não-lugar da verdade, ele nos diz:

Cabe ao poeta dizer o que verdadeiramente foi: sem sua palavra, os altos feitos dos homens mergulham no não-ser; através dela eles são, tendo sempre sido. Ao contrário do que fará o historiador clássico, o poeta arcaico não busca dizer o que foi tal como pôde estabelecê-lo consultando e criticando as fontes, mas o estabelece pela escansão repetida e captadora de seu dizer, eco de todos os ditos, cuja beleza sublinha a verdade. O adivinho, outro mestre da verdade, diz de maneira uniforme o que foi, é ou será. Mas, contrariamente ao físico da época clássica, que do mesmo modo diz a natureza sob a forma do eterno, ele não busca dizer o ser

tal como ele é, mas contribui para fazer com que ele seja por meio de seu dizer: sua palavra "realiza", e por isso é cercada de desejo e temor e protegida da linguagem ordinária por seu cerimonial (WOLFF, 1996, p. 70).

A oposição que estabelece Wolff entre um saber corporificado no detentor do poder da palavra - o adivinho, o poeta, - e outro que floresce na democracia e compõe a noção de igualdade entre os seres humanos, e, portanto, referente à noção relativista, ou sofística da verdade, permite que encaminhem nossa problemática sobre o uso do texto para duas investigações fundamentais para a compreensão da desconstrução derridiana: a primeira diz respeito à revisão da ideia de apreensão de um objeto de conhecimento pela via especulativa, antes que mágica, poética, literária ou religiosa, portanto fundamentada no princípio de razão universal; e a segunda concernente ao modo como a linguagem é utilizada neste empreendimento. A aceção de produção de pensamento em Derrida impossibilita que o conteúdo seja sobrevalorizado em relação à forma, pois a forma prediz o conteúdo. A linguagem que transforma a metafísica em técnica (Derrida, 1999), não serve à desconstrução. Essa é acusada, por vezes, de ser o discurso de uma retórica vazia, quando na verdade o uso retórico da linguagem é que impossibilita a redução do objeto impossível, anulando toda e qualquer possibilidade de diferença como concebida pela metafísica, ou seja, anulando também a tradicional concepção de identidade. Daí a diferença ou *différance* em Derrida não poder ser acusada de representar mais uma vez a concepção de alteridade em metafísica: não existe diferenças, quando não existe identidade; apenas a radical constatação da diferença como rastro. A *différance*, então, nas linhas derridianas:

*Trata-se de produzir um novo conceito de escrita. Pode-se chamá-lo *gramma* ou *différance*. O jogo das diferenças supõe, de fato, sínteses e remessas que impedem que, em algum momento, em algum sentido, um elemento simples esteja presente em si mesmo e remeta apenas a si mesmo. Seja na ordem do discurso falado, seja na ordem do discurso escrito, nenhum elemento pode funcionar como signo sem remeter a um outro elemento, o qual, ele próprio, não está simplesmente presente. Esse encadeamento faz com que cada "elemento"-fonema ou grafema- constitua-se a partir do rastro, que existe nele, dos outros elementos da cadeia ou do sistema. Esse encadeamento, esse tecido, é o texto que não se produz a não ser na transformação de um outro texto. Nada, nem nos elementos nem no sistema, está, jamais, em qualquer lugar, simplesmente presente ou simplesmente ausente. Não existe, em toda parte, a não ser diferenças e rastros de rastros (DERRIDA, 2001, p. 32).*

Do que falamos aqui se não da impossibilidade de circunscrição da verdade dentro de um sistema de pensamento? Isto se diz, mas como se diz dentro da vastidão languageira, isso é a escritura. Julian Wolfreys (2009), autor de *Derrida, a guide for the perplexed*, escreve que o filósofo nos convida a observar mais de perto os mecanismos pelos quais o referente se dissipa e o conteúdo é sempre diferido pela própria escrita (WOLFREYS, 2009, p. 110), e também a desmistificar a desconstrução.

Ele não procura desestabilizar a ordem do mundo (...), mas chegar à desordem do texto, à sua impossibilidade primeira, ao impossível do qual emerge (WOLFREYS, 2009, p. 112).

O referente deixa a primazia que teve no pensamento metafísico, se transformando no rastro do rastro significado. Movimento que

não se empreende pela constatação da falsidade da metafísica, mas pela sua sobrevolarização, e isto o texto o diz. A desconstrução se faz pela escritura, a escritura pela desconstrução.

A palavra 'desconstrução', como qualquer outra, não extrai seu valor senão de sua inscrição em uma cadeia de substituições possíveis, naquilo que se chama, tão tranquilamente, de um "contexto". Para mim, por tudo que já tentei ou tento ainda escrever, não há interesse senão em um certo contexto em que ela substitui ou se deixa determinar por tantas outras palavras, por exemplo: 'escritura', 'traço', 'différance', 'suplemento', 'hímen', 'phármakon', 'margem', 'encetamento', 'parergon' etc. (DERRIDA, 1998, p. 24).

A desconstrução, ou a *différance*, traz à experiência sua facticidade languageira, e ao texto sua facticidade experimental, mas nem por isso dizível; a escrituralidade da experiência nos deixa mudos à 'prudência metodológica', 'às normas de objetividade', 'e aos baluartes do saber'.

A desconstrução tem lugar, é um acontecimento que não espera deliberação, a consciência ou a organização do sujeito, nem mesmo da modernidade. Isso se desconstrói (DERRIDA, 1998, p. 23).

Derrida não pode nos dar uma fórmula do bem fazer a filosofia, o pensamento ou a teoria porque ele não pode dizer *a priori* como o "objeto" se comportará: esse está presente ou ausente, é passivo ou ativo? Antes que procurar substituir um discurso de verdade por outro, sacralizado ou legitimado pelos institutos democráticos e/ou acadêmicos, Derrida pretenderá, em sua *leitura e escritura*, que as fendas dos textos possam se mostrar. A fenda ou o rastro nada mais é do que a construção

de um pensamento que se faz junto ao objeto, mas também para além dele, visto que a transcendentalidade ou o idealismo ainda nos obriga a procurar os limites, os significados, e a finalidade do signo petrificado e isolado em um significante ou mesmo em um discurso.

O que permanece não lido, portanto, não é aquilo que o futuro sustenta como a promessa final de fechamento da leitura. É aquilo que está sempre por vir, sempre vindo a qualquer momento dado de leitura (WOLFREYS, 2009, p. 59).

A *différance* talvez seja um irreduzível inapreensível, e como irreduzível, esta é a sua função, não se deixar objetivar. Exatamente porque não o podemos inserir dentro dos conceitos de identidade, unidade, diferença, mesmo e outro, engendrados pela metafísica, torna-se difícil para o pensamento representacional compreender isto. Isto, pronome que Heidegger utiliza quando pretende escapar à metafísica, enquanto *isto* continua se inscrevendo na relação a outros istos, e diz o espectro da tradição, escapa de vir a ser um *isso*: ele não representa um objeto real ou um nome porque só pode dizer o seu rastro, ele é antes o próprio rastro linguageiro, pronto a riscar outros traços. Daí isto não ser ainda a única revisão, de forma e conteúdo, que faz a política-poética (ou o pensamento contemporâneo) do como vamos nos ver com os vários discursos de verdade, sejam esses científico, psicanalíticos ou filosóficos: o recuo da metafísica ainda é preciso ser compreendido pela revisão engendrada no *modus operandi* do texto escritural, ou do por que ele passa pela revisão da concepção clássica do signo. Isto, ainda se quer pensar, mas com a linguagem.

Ora, a primeira resposta, e mais óbvia, é que embora o logocentrismo, como nos diz Derrida, tenha relegado à fala (que é também

uma das acepções de logos além daquela tradicional traduzida em razão, palavra, discurso) a predominância do discurso de verdade frente à escritura, a sociedade ocidental se construiu pela letra, talvez não a despeito do logos, mas devido a ele; e por este investimento no texto ser tão importante é que os pesquisadores das instituições sociais, políticas, culturais, identitárias ou diferentes, não podem se imiscuir do texto. Claro, texto não é apenas o texto escriturado, mas também todos os institutos de linguagem, constituídos dos traços que serão deslindados para constituírem outros traços.

Aqui, me permitirei uma breve divagação. Meu interesse pelo texto surgiu quando do estudo das teses de teóricos políticos brasileiros do início do século XX deparei-me com sugestões explícitas e recorrentes de críticos desta referida literatura que alegavam ter o texto escrito (as teorias políticas) dado ensejo a todos os regimes ditatoriais vividos no Brasil nesse último século. Para além das próprias instituições políticas criadas pelas cartas autoritárias, estes teóricos teriam instituído uma república, um povo, uma nação, uma cultura, pelo texto. Quase esses críticos negam uma realidade além texto que dialogaria com os assim chamados autoritários da república: esses nada deviam à realidade quando a escrituravam. Onde na letra ou fora da letra poderíamos ler isso? Como não querer saber do texto mais do que ele pretende nos dar? Então, novamente, deparei-me com outra crença, a do poder perturbador da escritura e da linguagem; em tempo de suspeitas, por vezes desmesuradas, é bom que nos sobre alguma coisa, porque, afinal, dizem, diz Derrida, mesmo os escombros são matéria para o porvir.

Quero citar excertos de Roland Barthes, retirados de seu ensaio “O Prazer do Texto” (2006) que subsidiam esse outro texto sendo agora escriturado:

Por fim, o texto pode, se tiver gana, investir contra as estruturas canônicas da própria língua, o léxico (neologismos exuberantes, palavras-gavetas, transliterações), a sintaxe (acaba a célula lógica, acaba a frase). Trata-se, por transmutação (e não mais somente por transformação), de fazer surgir um novo estado filosófico da matéria linguageira; esse estado inaudito, esse metal incandescente, fora de origem e fora de comunicação, é então coisa de linguagem e não uma linguagem, fosse esta desligada, imitada, ironizada (BARTHES, 2006, p. 39).

O texto que investe contra as estruturas canônicas da própria língua, ou em outras palavras, que subverte a ordem no nível da linguagem, é o texto cuja retórica lexical, sintática, se apresenta como sendo *seu* elemento estético de escritura, antes que pela premente função de comunicação. Esse inaudito faz “surgir um novo estado filosófico da matéria linguageira” porque a própria linguagem diz sua matéria filosófica, porque ela pode revelá-la repetidas vezes, porque só a linguagem tem o poder de desdizer a própria linguagem, porque a diz de modo diferente a cada vez que pretende dizer, e a isso chamam literatura, mas também filosofia, mas também poesia, mas também escritura. Recorrer à desconstrução é procurar escapar aos efeitos perversos do significado totalizante de um texto, portanto; sem deixar de considerar a potencialidade da linguagem, ‘sua matéria incandescente’, porém. Já que a desconstrução não pode ser reduzida a um programa ou a um instrumento metodológico, o texto deverá sugerir onde encontrar o não-dito da linguagem, pois que é lá onde se encontram as suas fendas; a retórica é, assim, tanto um artifício quanto inerente à essência linguageira, remete-se a si mesma, heideggerianamente. Aludir a uma retórica do não-dito é já uma retórica, pois essa categoria, que chamamos aqui de uma estética

do inaudito, barthesianamente, talvez seja a que mais se aproxime do que Derrida chama de os pontos cegos do texto: os deslocamentos que a textualidade oferece através da leitura desconstrutivista. Cito novamente Barthes:

Seria bom imaginar uma nova ciência lingüística; ela estudaria não mais a origem das palavras, ou etimologia, nem sequer sua difusão, ou lexicologia, mas os progressos de sua solidificação, seu espessamento ao longo do discurso histórico; esta ciência seria sem dúvida subversiva, manifestando muito mais que a origem histórica da verdade: sua natureza retórica, linguageira (BARTHES, 2006, p. 52).

E Derrida:

*A linguagem risca, traça e inscreve uma narrativa por vezes oculta; a lei de um texto se escreve sob a espectralidade da tradição, lá atrás algumas de suas teias foram tecidas; o movimento produzido a cada nova leitura do signo em sua cadeia significante, é a presença do texto (e a ausência do autor?), a sua *différance*. O pensamento da diferença não recorre aos institutos metafísicos da defesa de um mesmo e de um outro, de uma identidade e de uma diferença, de um fora e um dentro e, finalmente, de uma unidade onde todos estes institutos comporiam uma só e mesma coisa; outrossim, o pensamento da diferença realiza de modo radical a impossibilidade de sua própria representação. A identidade só pode nomear a sua própria diferença, o *phármakon* é o mesmo porque é tanto remédio quanto veneno. Esse *Phármakon*, esse filtro, ao mesmo tempo remédio e veneno, já se introduz no corpo do discurso com toda sua ambivalência – substância de virtudes ocultas, de profundidade críptica, recusando sua ambivalência à análise, “o que resiste a todo filosofema, excedendo-o indefinidamente como não-identidade, não-*

essência, não substância, e fornecendo-lhe, por isso mesmo, a inesgotável adversidade de seu fundo e de sua ausência de fundo” (DERRIDA, 2005, p. 14).

Só há repetição possível no gráfico da suplementaridade, acrescentando, na falta de uma unidade plena, uma outra unidade que vem supri-la” (DERRIDA, 2005, p. 122).

E Filosofia também pode ser isto, mas isto não é tudo: ainda, isto se faz de dentro do texto. Ler um texto ao modo do texto é ser fiel a sua tessitura, ao rastro, que como a escritura, não pode ser definido por uma categoria conceitual, mas é compreendido dentro dos limites da experiência do traço que diz a presença, em seu caráter espacial e temporal, e traz subjacente em seu dizer já o não-dito. A pergunta que parece fazer e desfazer a própria desconstrução é: pode-se além da linguagem ler lá onde essa não mais está?

A escritura parece constituída para dizer algo, mas ela só é feita para dizer ela mesma. (...) Assim sendo, a escritura inaugura uma ambigüidade, pois mesmo quando ela afirma, não faz mais do que interrogar. Sua verdade não é uma adequação a um referente exterior, mas o fruto de sua própria organização, resposta provisória da linguagem a uma pergunta sempre aberta (PERRONE-MOISÉS, 2005, p. 33).

Assim, este novo estado “filosofal da matéria languageira”, esse estado inaudito, fora de origem e de comunicação de que nos fala Barthes não está inscrito na busca de um horizonte de sentido, que se configuraria novamente numa metafísica, mas no movimento em que a linguagem abre a possibilidade do reconhecimento do inaudito como sua principal categoria de análise. Ora, sua nova lingüística não pretende nem fazer o percurso heideggeriano

do desvelamento da verdade da palavra velada em sua origem, e está menos ainda preocupada com a prevalência do significante sobre o significado. Ou também do que poderíamos vir a chamar de o medo da escritura que a tradição de pensamento possui desde Sócrates, pois que se a fala viva é a mais apropriada à dialética, a escrita não virá mais a interrogar seu autor:

A desconstrução do signo pôde se afirmar insistindo nisto que a metafísica pensa como uma certa materialidade ou exterioridade do significante. Mais genericamente, a desconstrução se esboça esforçando-se por apresentar como primário aquilo que a metafísica diz ser secundário. Se a metafísica constrói o signo em geral como secundário, ela pensa a escritura como ainda mais secundária, como o signo desse signo ou, mais precisamente, como o significante (gráfico) do significante (fônico) (BENNINGTON E DERRIDA, 1996, p. 38).

O “espessamento das palavras ao longo do discurso”, isto importa porque apenas nisto está qualquer possibilidade de compreensão, não de uma verdade originária que vem sendo deslindada ao longo dos séculos pelo discurso racional, mas daquela que nos permite ler hoje o texto de hoje, e escriturá-lo ao modo do texto. Dito de outro modo, os filosofemas cedem lugar ao seu outro, à escritura. “A desapareição da verdade como presença, o se furtar da origem presente da presença é a condição de toda (manifestação de) verdade. A não verdade é a verdade. A não presença é a presença. A diferença, desapareição da presença originária, é, ao mesmo tempo, a condição de possibilidade e a condição de impossibilidade da verdade” (DERRIDA, 2005 p. 121). A desconstrução, como leitura e como texto, é permitir que a linguagem chegue aos ouvidos, para além do sentido hermenêutico atribuído ao texto, mas ainda rastreada – só o suplemento prediz a

repetição - está interessada assim na semente (de significados) a serem desvelados sob o auspício retórico da linguagem, sob os espaços vazios deixados por sua inscrição, que propriamente, e finalmente, pela pergunta que não deixa calar a Filosofia: Mas, finalmente, o que o texto quer dizer?

Como o inaudito os outros indecíveis derridianos que demonstram a operação retórica da linguagem perfazem a única encenação possível no texto: o jogo. O jogo encenado pela escritura é que subverte as certezas de significado do texto até a radical constatação da identidade como diferença. O texto perpassado por traços e rasuras não exclui a tradição imposta a menos de um segundo, que é esta da presença que se inscreve na leitura de um texto, e que se dá no jogo escritural. O jogo é o *signo ao qual é preciso outorgar o sistema de todos os seus poderes. Ainda, a crítica pensa dominar o jogo sem se arriscar a lhe acrescentar algum novo fio. Acrescentar não é aqui senão dar a ler* (DERRIDA, 2005, p. 7). Daí uma de suas primeiras frases em “A Farmácia de Platão” (2005) não deixar de ser uma profissão de fé na escritura, pois que “é possível dizer tudo em apenas uma página”, mas prosseguir ainda “por força do jogo”. E Barthes o reafirma na figura do escritor:

Como criatura de linguagem, o escritor está sempre envolvido na guerra de ficções (dos falares), mas nunca é mais do que um brinquedo, porque a linguagem que o constitui (a escritura) está sempre fora de lugar (atópica); pelo simples efeito da polissemia (estádio rudimentar da escritura), o engajamento guerreiro de uma fala literária é duvidoso desde a origem. (...) E é bem isto o intertexto: a impossibilidade de viver fora do texto infinito – quer esse texto seja Proust, ou o jornal diário, ou a tela de televisão: o livro faz o sentido, o sentido faz a vida (BARTHES, 2006, pg. 44-45).

O jogo de Derrida em seu ensaio “A farmácia de Platão” é a sua escritura, *o seu phármakon*. A lei de um texto não é nunca a premeditação do texto, até... Derrida. Sua escritura é também, tese que quero defender, uma retórica sobre e com a escritura; e são exatamente estes os rastros estéticos e/ou retóricos que ele nos oferece pela sua leitura do diálogo platônico *Fedro*. As aporias, fendas e impasses de dentro da estrutura do texto derridiano parecem ser de algum modo proposital, pois que é esta a característica do texto escritural: ter as teias sempre abertas; não após leituras e leituras pacientes, mas desde a primeira leitura. Roland Barthes, em *O grau zero da Escritura*, aponta em seu ensaio algumas das características que pensa estar presente na linguagem poemática moderna, e que pode ser estendida para o indecível escritural – como não para o texto derridiano? Pois,

essa linguagem institui um discurso cheio de buracos e cheio de luzes, cheio de ausências e de signos supernutritivos, sem previsão nem permanência de intenção e por isso mesmo tão oposto à função social da linguagem, que o simples recurso a uma palavra descontínua abre a via de todas as Sobrenaturezas (BARTHES, 2006, p. 45).

O jogo do phármakon derridiano nos conduz a conhecer aquilo que pensa abrir para a escritura, transversalmente à desconstrução do texto platônico, antes que por qualquer definição conceitual. Senão porque Derrida conduziria o leitor por páginas em que os efeitos nefastos da escritura são descritos por Sócrates, aqueles mesmos efeitos que só a representação de uma representação pode causar, para finalmente compreendermos que as atribuições pejorativas que ele desvela pela boca do filósofo grego são, para Derrida, antes, a potencialidade da linguagem? A isto que

Derrida chama “a dissimulação da textura, o pano envolvendo o pano”, permite que compreendamos os motivos socrático-platônicos de sua desconfiança: a escritura dissemina o que a fala cala, pois para Platão o discurso é uma entidade vívida, filha dileta do logos, enquanto a escritura deixará sempre aberta suas teias de apreensão e reconstrução. No entanto, segundo Derrida,

por um lado, Platão tende a apresentar a escritura como uma potência oculta e, por conseguinte, suspeita. (...) Confirma-se em seguida que a conclusão do Fedro é menos uma condenação da escritura em nome da fala presente que a preferência de uma escritura a outra, de um rastro fecundo a um rastro estéril, de uma semente geradora, porque depositada no dentro, a uma semente gasta no fora em pura perda: no risco da disseminação (DERRIDA, 2005, p. 101).

Claro, tanto Platão quanto Derrida observam o *phármakon* em seus malefícios e benesses, tão comensuráveis quanto na fala. Ambos estão a serviço da linguagem; mesmo a fala está a serviço de uma escritura: que pensa rastros de rastros. É isto que acaba por salvar a escritura, já que ela não terá mais lugar em nome da verdade:

Em poucas palavras, ‘escritura’ implica repetição, ausência, risco de perda, morte; mas fala alguma seria possível sem esses valores; aliás, se ‘escritura’ sempre quis dizer significante, que remete aos outros significantes, então ‘escritura’ nomeará propriamente o funcionamento da língua em geral (BENNINGTON & DERRIDA, 1996, p. 38).

A escritura de Derrida é assim o jogo que se dá ao longo do texto *A farmácia de Platão* e que, por isso, parece camuflar a importância de sua própria escritura em benefício da

escritura de Platão: “numa organização mais secreta dos termos, dos nomes e das palavras – mas também dos discursos, do texto e de sua tessitura” se tecendo, mas se imiscuindo em *ser* até a última página.

A ‘metáfora’ escritural intervém, pois, cada vez que a diferença e a relação são irredutíveis, cada vez que a alteridade introduz a determinação e põe um sistema em circulação. O jogo do outro no ser, Platão é obrigado a designá-lo como escritura, num discurso que se queria falado em sua essência, em sua verdade, e que, no entanto, se escreve (DERRIDA, 2005, p. 118).

Então aqui estamos falando de duas retóricas adjacentes ao texto derridiano, àquela que se refere ao próprio texto escritural, *Fedro*, e que Derrida deslinda com grande vigor e àquela referente aos encaminhamentos a que ele mesmo dá a sua escritura, e que alude a transformá-la no mais fiel possível espelho do *phármakon*.

A descrição do texto platônico realizada por Derrida:

Simplesmente, suposto que as articulações sejam rigorosas e prudentemente reconhecidas, deve-se poder liberar forças de atração ocultas ligando uma palavra presente e uma palavra ausente no texto de Platão. Uma tal força, sendo dado o sistema da língua, não pode deixar de pesar sobre a escritura e sobre a leitura desse texto (DERRIDA, 2005, p. 79).

É este o peso no sistema da língua que se aplica ao seu próprio *phármakon*. Não há remédio inofensivo. O *phármakon* não pode jamais ser simplesmente benéfico, como remédio ele também possui suas vicissitudes, mas se pudéssemos neutralizá-los, os malefícios, estaríamos neutralizando o jogo escritural. E haveria vida pós-escritura?

NOTAS

1. Graduada em Ciência Política e Filosofia, mestranda em Bioética pela Universidade de Brasília. Pesquisadora-tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- CUSSET, François. *French Theory: Foucault, Derrida, Deleuze & cie et les mutations e la vie intellectuelle aux États-Unis*. Paris: Découverte, 2005.
- DERRIDA, Jacques. *Semiologia e gramatologia* (entrevista a Julia Kristeva). In: *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- DERRIDA, Jacques. *Che cos'è la poesia?* Trad. Piero Eyben. Mimeo, 2006.
- DERRIDA, J.; BENNINGTON, G. *Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. 3. ed. São Paulo: Editora Iluminuras, 2005.
- DERRIDA, Jacques. *Carta a um Amigo Japonês*. In: OTTONI, Paulo (org.). Tradução: a prática da diferença. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- DERRIDA, Jacques. *As Pupilas da Universidade: o Princípio da Razão e a Ideia da Universidade*. In: *O olho da universidade*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Crítica e escritura*. In: *Texto, crítica, escritura*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. Pós-estruturalismo e Desconstrução nas Américas. In: _____ (org.). *Do Positivismo à Desconstrução: Ideias Francesas na América*. São Paulo: EdUSP, 2004.
- PLATÃO. *Fedro*. In: *Diálogos: Fedro, Cartas, O primeiro Alcibíades*. 2. ed. rev. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2007.
- WOLFF, Francis. *Nascimento da razão, origem da crise*. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996, p. 67–82.
- WOLFREYS, J. *Compreender Derrida*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.